



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CONTRATO Nº 24/2023**

**CONTRATO TRE-RO N. 24/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI TRE-RO N. [0001080-34.2023.6.22.8000](#)**

**EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N. 73/2023/TRE-SP**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 93/2023/TRE-SP**

Contratação pelo TRE-RO do objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 93/2023/TRE-SP (evento [1075796](#)), assinada em 19/10/2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU n. 201, de 23/10/2023, Seção 3, fl. 285 (evento [1075967](#)), com vigência por 12 meses, a partir da assinatura, e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo- TRE-SP. Contratação decorrente da condição do TRE-RO de Partícipe do Pregão Eletrônico com registro de preços n. 73/2023/TRE-SP (Processo SEI TRE-SP n. 0042582-10.2021.6.26.8000).

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE CONJUNTOS DE MICROCOMPUTADORES COM MONITOR, INCLUINDO PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO TIPO “ON-SITE”, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA HP BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.**

**CONTRATANTE:** A União, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, com endereço na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RG \*\*\*.893-SSP/RO e do CPF/MF \*\*\*.106.849-\*\*, no uso da atribuição que lhe confere nomeada a Portaria TRE-RO n. 01, de 03 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 8 de janeiro de 2018, portadora da matrícula funcional n. 260468.

**CONTRATADA:** A empresa **HP BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **22.086.683/0003-46**, com sede na Avenida Liberdade, 6315, Prédio 05, Bloco 1, Térreo e Mezanino, Iporanga - Sorocaba – SP – CEP.: 18.087-170, Telefones: (11) 2933-7733/ (11) 90503-8356, E-mail: [docshp@hp.com](mailto:docshp@hp.com), neste ato representada por seu Diretor Presidente, senhor **RICARDO ELIAS KAMEL RUIZ**, venezuelano, portador da Cédula de Identidade RG nº \*\*\*0286\* órgão expedidor SSP/SP e do CPF/MF nº \*\*\*.075.788-\*\*.

Os **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, sujeitos às normas da Lei n.º 10.520/2002, 8.078/1990, 8.666/1993 e ao Decreto n.º 10.024/2019, ao Pregão Eletrônico n. 73/2023/TRE-SP que originou a presente contratação e à Proposta apresentada pela **Contratada**, que integram este Contrato, independentemente de transcrição, têm entre si, justa e pactuada, a contratação do objeto, com fulcro na Lei n.º 8.666/1993 e no Pregão referido, e consoante autorização no TRE-RO constante no Despacho nº 1278/2023-PRES/DG/GABDG, de 30/10/2023 (evento [1077823](#)), mediante as cláusulas e condições seguintes:

**I – OBJETO** – Fornecimento de conjuntos de microcomputadores com monitor, incluindo prestação de assistência técnica do tipo “on-site” para o equipamento adquirido por meio da Ata de Registro de Preços n.º 93/2023/TRE/SP, em consonância com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e Apêndices do Edital.

**Parágrafo Único** – O fornecimento e os serviços serão executados em conformidade com as especificações, condições, proposta comercial da CONTRATADA, Ata de Registro de Preços n.º 93/2023/TRE-SP e tudo o que consta do Pregão Eletrônico Federal 73/2023/TRE-SP, especialmente o Anexo I (Termo de Referência) e Apêndices do Edital, que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de sua transcrição.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as disposições constantes do Anexo I (Termo de Referência) e Apêndices do Edital e, ainda, a:

**a)** fornecer documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia etc.), necessária à instalação e à operação dos equipamentos, observado o disposto no subitem 4.17 da cláusula 4 e subitem 11.7 da cláusula 11, ambos do Anexo I (Termo de Referência) do Edital;

**b)** garantir o equipamento, prestando assistência técnica “*on-site*” durante todo o período de garantia, nos termos da cláusula XI deste contrato;

**c)** Indicar novo preposto, informando sua qualificação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços (Anexo II do Edital), por intermédio de carta endereçada ao TRE-RO ou por meio de mensagem eletrônica destinada ao endereço de e-mail: [cosupue@tre-ro.jus.br](mailto:cosupue@tre-ro.jus.br) (unidade responsável do TRE-RO - **Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas - COSUPUE (TRE-RO)**);

**d)** estar de acordo com o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo da CONTRATANTE, assinando o termo disponível no Apêndice A do Anexo I do Edital

e manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação da CONTRATANTE;

**f)** manter, durante o prazo de garantia, endereço e telefone para contato permanentemente atualizados;

**g)** executar fielmente o objeto do presente contrato na mais perfeita conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, por intermédio da Fiscalização, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução do contrato, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte da Fiscalização;

**h)** consentir durante a execução do contrato, que seja realizada fiscalização, atentando-se para as observações, solicitações e decisões da FISCALIZAÇÃO, desde que justificadas, não ficando, contudo, eximida de sua total responsabilidade sobre todos os serviços contratados;

**i)** não transferir, no todo ou em parte, a execução do serviço objeto do presente contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, devendo a subcontratada apresentar o contrato social ou instrumento



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constitutivo e atender a todas as condições de habilitação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

**j)** responsabilizar-se por danos pessoais ou materiais causados diretamente por seus funcionários na execução deste contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo;

**k)** observar, durante a execução dos serviços, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, inclusive as normas de segurança da CONTRATANTE, sendo a DETENTORA a única responsável por danos e/ou prejuízos causados diretamente ou indiretamente por seus profissionais aos equipamentos, instalações gerais e patrimônio sob responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive danos materiais e pessoais a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços, conforme exigência legal.

**l)** manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da contratação, devendo orientar seus empregados nesse sentido, bem como quanto à conduta na prestação dos serviços, observando-se as normas e regulamentos internos da CONTRATANTE, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso.

**m)** aceitar, nas mesmas condições ora avençadas, acréscimo ou supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total atualizado deste contrato, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93, art. 65, I, “b” e seus §§1.º e 2.º.

**III – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – A CONTRATANTE,** obriga-se a cumprir todas as disposições constantes do Termo de Referência (Anexo I) do Edital e, ainda a:

**a)** emitir o Termo de Recebimento Definitivo, por meio da Comissão de Recebimento de Bens Permanentes e da **Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas - COSUPUE (TRE-RO)**, que se dará após a devida inspeção técnica dos equipamentos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da finalização da verificação disposta no subitem 11.4 da cláusula 11 do Anexo I do Edital (Termo de Referência);

**b)** cumprir o disposto neste instrumento, bem como notificar a CONTRATADA para efetuar a reparação ou substituição dos equipamentos, sempre que estes não estiverem funcionando adequadamente



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou estiverem em desacordo com as características técnicas e operacionais previstas no Termo de Referência (Anexo I do Edital);

c) verificar se durante a vigência do contrato estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas;

d) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no presente contrato.

**IV – VIGÊNCIA DO CONTRATO** – O presente contrato terá vigência entre as partes a partir da data da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO até o decurso do prazo de garantia com assistência técnica tipo “on-site” estabelecido na cláusula XI deste contrato.

**Parágrafo 1º** – A execução deste contrato poderá ser suspensa temporariamente pela CONTRATANTE, no caso de falta ou insuficiência de crédito orçamentário, mediante comunicação à CONTRATADA por mensagem eletrônica. **Parágrafo 2º** – Cessados os motivos que determinaram a suspensão prevista no parágrafo anterior, a execução será retomada pelo período de tempo restante até o termo final estabelecido no *caput*.

**V – RECURSOS FINANCEIROS** – A despesa com o presente contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso 1027000000, Natureza de Despesa 44.90.52, conforme Nota de Empenho n.º 2023NE000506, de 31/10/2023 (evento [1079859](#)), e outras que se fizerem necessárias.

**VI – PREÇO** – O preço, fixo e irrevogável, que a CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA, nos termos do presente contrato, do qual serão feitas as retenções previstas no parágrafo 5º da cláusula VII deste contrato, é:

Item	DESCRIÇÃO DETALHADA DO CONJUNTO	Quantidade Estimada	Unidade/Conjunto	Marca/Modelo/ Referência	Preço Unitário (conjunto) R\$
Único	HP ELITEDESK 800 G9 DM I5-12500 – VPRO ENABLE 16GB DDR5 4800 (2x8GB) SSD 256GB	166	Unidade	MARCA: HP INC FABRICANTE: HP BRASIL PROCEDÊNCIA:	4.435,00



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

NVME PCIE M.2 2280 HDD 1TB 7200RPM SATA VGA PORT WIFI AX211 + BT5.3 VPRO FONTE 120 WATT SMART TECLADO HP 320K USB MOUSE HP 320M USB MOUSEPAD WINDOWS 11 PROFESSIONAL COM DNGD 10 MONITOR HP P24A FHD SUPORTE VESA FIXAÇÃO MONITOR TRAVA OSI COM SEGREDO ÚNICO POR LOTE CABO VGA TO VGA 1,8m SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÕES TODAS AS DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONFORME EDITAL. GARANTIA 60 MESES ONSITE CONFORME EDITAL				NACIONAL MODELO: HP ELITEDESK 800 G9 DM E MONITOR HP P24A G4 FHD	
--	--	--	--	---	--

**Parágrafo 1º** – O preço total do presente contrato é de **R\$ 736.210,00** (setecentos trinta e seis mil duzentos e dez reais).

**Parágrafo 2º** – No preço estabelecido estão incluídos a prestação de assistência técnica tipo “*onsite*” e suporte técnico durante o período de garantia, nos termos da cláusula XI deste contrato. **Parágrafo 3º** – Nos preços estabelecidos nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente, bem como frete, prestação de assistência técnica *on-site* e suporte técnico, deduzidos eventuais descontos.

**Parágrafo 4º** – O valor total do presente contrato é de **R\$ 736.210,00** (setecentos trinta e seis mil duzentos e dez reais).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Parágrafo 5º** – Indicação de marca/modelo/referência ofertado, para os seguintes componentes:

DESCRIÇÃO	Marca/Modelo/Referência
Processador	I5-12500
Placa de Vídeo	Gráficos UHD Intel® 770
Placa de Rede	Intel® I219-LM 1 Gigabit Network Connection LOM (vPro)
Gabinete/CPU	HP ELITEDESK 800 G9 DM
Mouse Óptico	HP 320M 1000DPI USB MOUSE
Teclado	HP 320K KEYBOARD USB ABNTII
DESCRIÇÃO	Marca/Modelo/Referência
Monitor	HP P24A 23,8" FHD

**Parágrafo 6º** – Indicação da versão completa do Sistema Operacional ofertado:

INDICAÇÃO DA VERSÃO COMPLETA DO SISTEMA OPERACIONAL OFERTADO
WINDOWS 11 PROFESSIONAL OEM COM DNGD

**Parágrafo 7º** – Indicação do preço unitário proposto para os seguintes componentes:

DESCRIÇÃO	Preço Unitário Proposto (componentes) R\$
Gabinete/CPU	R\$ 3.544,00 (três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais)





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Mouse Óptico	R\$ 37,00 (trinta e sete reais)
Teclado	R\$ 77,00 (setenta e sete reais)
Monitor	R\$ 777,00 (setecentos e setenta e sete reais)

**VII – PAGAMENTO** – O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Comissão de Recebimento de Bens Permanentes e da Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas - COSUPUE (TRE-RO), acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente atestada pela Fiscalização, considerando-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária, mediante crédito em nome da CONTRATADA, em instituição financeira por ela indicada.

**Parágrafo 1º** – Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no § 3º do art. 5º da Lei n.º 8.666/93, parágrafo esse acrescido pela Lei n.º 9.648/98, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo 2º** – A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação, concomitante à nota fiscal/fatura, da documentação apta a comprovar a regularidade perante a RFB (Receita Federal do Brasil) e PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho.

**Parágrafo 3º** – O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pela CONTRATANTE.

**Parágrafo 4º** – Encerrada a interrupção de que trata o parágrafo anterior, fica assegurado à CONTRATANTE o prazo estipulado no caput ou no parágrafo 1º desta cláusula para efetivação do pagamento, contado a partir da cientificação da regularização, sem a cobrança de encargos por parte da CONTRATADA.

**Parágrafo 5º** – A CONTRATANTE, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a CONTRATADA comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

**Parágrafo 6º** – A CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas apuradas após regular processo administrativo, nos termos deste contrato.

**Parágrafo 7º** – As microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas ou não no regime tributário do Simples Nacional receberão tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234/2012 e suas alterações, ficando a CONTRATADA responsável por informar à CONTRATANTE eventual desenquadramento do regime tributário do Simples Nacional, sob pena da incidência das penalidades previstas neste instrumento.

**VIII – ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO** – Competirá à Comissão de Recebimento de Bens Permanentes e à **Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas - COSUPUE (TRE-RO)**, unidade gestora do contrato, receber definitivamente o objeto do presente contrato e, à **Seção de Suporte Especializado – SESUE (TRE-RO)**, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.

**Parágrafo único** – A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

**IX – PENALIDADES** – A CONTRATADA, em caso de inadimplência, e observado o regular procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

**a) advertência**, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

**b) multa moratória diária**, correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, nas hipóteses de atraso injustificado, ou não manutenção das condições de habilitação e qualificação, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o que a CONTRATANTE poderá considerar como inexecução parcial ou total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

**b.1)** Findo o prazo do subitem anterior, se, por motivo justificado, a CONTRATANTE entender ser o caso de receber o objeto, aplicar-se-á multa nele prevista cumulativamente com os seguintes percentuais, podendo a qualquer tempo considerar que houve inexecução total do ajuste:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**b.1.1)** 5% para atrasos de 31 a 40 dias;

**b.1.2)** 10% para atrasos de 41 a 50 dias;

**b.1.3)** 15% para atrasos superiores a 50 dias.

**c) multa moratória**, por atraso injustificado durante a prestação da assistência técnica *on-site*, ou sua prestação em desconformidade com os prazos de solução, previstos na cláusula 12 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital, correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor contratado, por hora de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Após a 48ª hora, a CONTRATANTE considerará como inexecução parcial ou total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

**d) multa compensatória** – nas seguintes ocorrências:

**d.1)** de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do(s) equipamento(s) não entregue(s), hipótese esta caracterizada como inexecução total do ajuste;

**d.2)** de até 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, ou pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação, bem como pelo não cumprimento das disposições contidas no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (Apêndice A do Anexo I do Edital), também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso, ressalvado o direito à cobrança de perdas e danos.

**e) impedimento de licitar e contratar com a União**, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.

**Parágrafo 1º** - Eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega de produtos será analisado pela CONTRATANTE somente após a efetiva entrega dos equipamentos e desde que apresente as condições seguintes:

**a)** seja solicitado até a data final inicialmente prevista para a entrega; e

**c)** instruído com as justificativas e respectiva comprovação.

**Parágrafo 2º** – Os pedidos de prorrogação posteriores ao primeiro serão analisados pela CONTRATANTE somente após a efetiva entrega dos equipamentos e desde que sejam formulados até o final do prazo solicitado anteriormente e estejam instruídos conforme o disposto na alínea "b" do Parágrafo 1º desta cláusula.

**Parágrafo 3º** – Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no Parágrafo 1º desta cláusula serão indeferidos de pronto.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Parágrafo 4º** – Nas situações em que restar justificado o desinteresse no objeto pendente de entrega, decorrido o prazo contratual, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, notificar a CONTRATADA sobre a inexecução parcial ou total do ajuste, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

**Parágrafo 5º** – As multas previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” poderão ser cumuladas com as penalidades das alíneas “a” e “e”, todas do caput desta cláusula.

**Parágrafo 6º** – A multa prevista na alínea “d.2” terá como base de cálculo o valor correspondente ao remanescente do contrato, na hipótese da rescisão decorrer da perda das condições de habilitação e qualificação por parte da contratada, ou, ainda, quando o juízo de oportunidade e conveniência da Administração indicar que a denúncia do contrato for determinada por tal circunstância.

**Parágrafo 7º** – A multa, que será aplicada após regular procedimento administrativo, será descontada do pagamento devido pela CONTRATANTE, ou, na impossibilidade desta hipótese, deverá o valor correspondente ser recolhido pela CONTRATADA ao Tesouro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Inviáveis essas ocorrências, o valor da multa será cobrado judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

**X – PRAZO DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS:** 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da imagem e demais configurações, nos termos das cláusulas 9 e 10 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

**Parágrafo 1º** – O prazo de entrega será contado a partir do recebimento da imagem e demais configurações somente para o primeiro pedido de fornecimento do(s) equipamento(s).

**Parágrafo 2º** – Para os pedidos posteriores, desde que não ocorra alteração da imagem inicialmente fornecida, o prazo será de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

**XI – GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS** – A CONTRATADA obriga-se a garantir os equipamentos, prestando assistência técnica tipo “on-site”, pelo **prazo de 60 (sessenta) meses**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Parágrafo 1º** – O prazo referido no *caput* será contado a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos respectivos equipamentos.

**Parágrafo 2º** – A assistência técnica tipo “*on-site*” será prestada por empresa autorizada do fabricante, por intermédio de profissionais especializados, nos termos da cláusula 12 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

## **XII – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LEI Nº 13.709 DE 14 DE AGOSTO DE 2018**

**Parágrafo 1º** – As partes obrigam-se a cumprir os princípios e disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018), bem como as demais normas correlatas, para assegurar a privacidade, a intimidade, a honra, a imagem, a inviolabilidade, a integridade, a confidencialidade, a não divulgação e a preservação dos arquivos e banco de informações em relação aos dados pessoais e/ou sensíveis a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações obtidas e/ou repassadas em decorrência da execução contratual.

**Parágrafo 2º** – É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Parágrafo 3º** – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**Parágrafo 4º** – As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal ou contratual.

**XIII – RESCISÃO** – O presente contrato poderá ser rescindido a juízo da CONTRATANTE, com base nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, especialmente quando esta entender, por motivo justificado, que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecidas neste instrumento, independentemente da aplicação das penalidades previstas na cláusula IX deste contrato.

### **XIV – DISPOSIÇÕES GERAIS**

- a) as partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas pelo presente instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil, enquanto tais motivos perdurarem;
- b) as partes comprometem-se a observar os procedimentos de segurança e de tratamento dos dados pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e Portaria TRE/SP nº 65/2021 (adaptando conforme o normativo de cada Órgão contratante);
- c) fica estipulado que não se estabelece, em razão do presente contrato, vínculo empregatício de qualquer natureza entre a CONTRATANTE e o pessoal empregado pela CONTRATADA na execução do objeto, a qual se obriga por todos os correspondentes encargos trabalhistas e previdenciários.

**XV – PUBLICAÇÃO** – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**Parágrafo único** – Havendo necessidade de lavratura de termo aditivo a este contrato, para benefício unilateral da CONTRATADA, será sua a responsabilidade pelo ressarcimento da despesa com a publicação, sendo o valor equivalente descontado do pagamento devido à CONTRATADA, ou na sua impossibilidade deverá ser recolhido por GRU no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

**XVI – FORO** – O Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO, em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/1993.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 31 de outubro de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>RICARDO ELIAS KAMEL RUIZ</b> Pelo CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: ***.434.482-** Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 31/10/2023, às 17:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO ELIAS KAMEL RUIZ, Usuário Externo**, em 01/11/2023, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 02/11/2023, às 09:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 07/11/2023, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1079865** e o código CRC **1DF3116D**.

0001080-34.2023.6.22.8000

1079865v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7/2023 - PRES/DG/STIC/NATCTIC**

#### **1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

**1.2.** A primeira versão dos Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de equipamentos no TRE-RO se deu no evento ([1000848](#)), onde conforme item 8 daquele documento a EPC concluiu que a forma da aquisição de equipamentos seria realizada em 3 (três) modalidades distintas, Assim, por se tratar de modalidades distintas e para melhor entendimento do processo de aquisição, a EPC decidiu desmembrar os processos de acordo com cada modalidade quais sejam:

- **para aquisição de microcomputadores para as zonas eleitorais a aquisição será mediante participação em IRP do TRE/SP, conforme se verifica no PSEI [0001080-34.2023.6.22.8000](#);**
- para aquisição de notebooks e monitores com kit de produtividade a aquisição será mediante adesão à ARP nº 14/2022 da Justiça Federal de Pernambuco PSEI [0001103-77.2023.6.22.8000](#) ; e, por fim;
- para a aquisição de impressoras multifuncionais e coloridas a aquisição será mediante sistema de registro de preços onde a tramitação acontecerá no processo originário [0000345-98.2023.6.22.8000](#).

Importante destacar que esta contratação, por se tratar de participação em IRP será displinada pelas normas contidas no Edital Pregão Eletrônico





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

73/2023 do TRE/SP (Regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, pelo Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelos de ns.º 8.250, de 23 de maio de 2014 e 9.488, de 30 de agosto de 2018 e legislação correlata, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas no Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, alterado pelo Decreto de n.º 3.693, de 20 de dezembro de 2000, na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares ns.º 147, de 07 de agosto de 2014 e 155, de 27 de outubro de 2016, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, no Decreto n.º 7.174, de 12 de maio de 2010, Lei n.º 8.078 de 11 de setembro de 1990, bem como na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações).

Destaca-se, ainda, que não há adjudicatário ou contratado pelo TRE-RO para o fornecimento do objeto dos presentes autos.

## **2. DO OBJETO**

**2.1** Ingresso do TRE de Rondônia como **Órgão participante** (art. 2º, IV, do Decreto Federal n. 7.892/2013), no certame do Pregão Eletrônico n. 73/2023 do Tribunal Regional Regional Eleitoral do São Paulo (Órgão gerenciador - UASG 070018) objetivando a formação de Registro de preços para aquisição de conjuntos de microcomputadores com monitor para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (Órgão gerenciador) e para os seguintes órgãos participantes: Tribunais Regionais Eleitorais da Paraíba, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Bahia.

**2.2** A tabela a seguir especifica, de acordo com o referido edital e seus anexos, os itens e quantidades que serão adquiridos por este regional.

Demonstração do preço estimado					
Item	Descrição	Empresa	Qtd	Valor	Total
Unico	Microcomputador com monitor	HP ELITEDESK 800 G9 DM I5-12500 – VPRO ENABLE 16GB DDR5 4800 (2x8GB) SSD 256GB NVME PCIE M.2 2280 HDD 1TB 7200RPM SATA VGA PORT WIFI AX211 + BT5.3 VPRO FONTE 120	166	R\$ 4.435,00	R\$ 736.210,00



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		WATT SMART TECLADO HP 320K USB MOUSE HP 320M USB MOUSEPAD WINDOWS 11 PROFESSIONAL COM DNGD 10 MONITOR HP P24A FHD SUPORTE VESA FIXAÇÃO MONITOR TRAVA OSI COM SEGREDO ÚNICO POR LOTE CABO VGA TO VGA 1,8m SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÕES TODAS AS DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONFORME EDITAL. GARANTIA 60 MESES ONSITE CONFORME EDITAL			
<b>Total Geral</b>					<b>R\$ 736.210,00</b>

### **2.3 DETALHAMENTO DOS ITENS**

#### **Gabinete**

a) Mini Desktop – Não será aceito gabinete tipo minitorre ou desktops, devendo possuir no máximo 1,2 litros, “ToolLess” ou parafuso recartilhado para abertura e remoção do disco rígido de 2,5” (exceto para dispositivos do tipo M.2) e memória através de encaixe;

b) Deverá ser entregue suporte de solução própria ou oficialmente homologada, visando à fixação do equipamento ao monitor ofertado sendo: fixação no próprio monitor ou no pedestal, deverá formar um conjunto único e compacto, utilizando o padrão VESA ou que o modo de fixação não altere ou impeça as funcionalidades de rotação e ajuste de altura do monitor. A solução não poderá utilizar de frisagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes;

c) Fonte de alimentação externa de 110/220 Vac, chaveada automaticamente, possuindo potência máxima de até 180 Watts.

#### **Placa Mãe**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Com arquitetura Mini-ATX, Mini-BTX ou Mini-ITX, Hypertransport de no mínimo de 4800 MHz ou DMI de no mínimo 8 GT/s;
- b) Chipset do mesmo fabricante do processador ofertado;
- c) Barramento de dados da comunicação da motherboard com os periféricos compatíveis com o padrão PCI ou PCI-Express, com no mínimo: 1 (um) slot M.2 para WIFI e 2 (dois) slots M.2 para unidades de armazenamento;
- d) Placa mãe, sem uso de placa de expansão para módulo de memória, ou superior, que permita a expansão para até 64 (sessenta e quatro) GB;
- e) 6 (seis) portas USB 3.2 Gen 2 no mínimo, sendo pelo menos 2 (duas) localizadas na parte frontal do gabinete, não sendo aceito hub externo;
- f) 1 (um) conector para saída de som (Headphone) e para entrada (microfone) localizados na parte frontal do equipamento e interface do tipo COMBO, compatível com especificação AC'97 e/ou Sound Blaster 16/Pro ou superior;
- g) Placa Mãe do mesmo fabricante do equipamento, não sendo aceita solução em OEM ou placas encontradas no mercado comum. Deverá possuir chip de segurança integrado, no padrão TPM versão 2.0 ou superior, não será aceita solução em slot. Deverá acompanhar software para implantação e utilização de todos os recursos de segurança;
- h) Deverá possuir função que permita que o equipamento seja ligado através do teclado, com uma ou mais portas USBs identificadas para esta função.

### **Processador**

- a) Processador de arquitetura x86 com suporte a 32bits e 64bits com no mínimo (seis núcleos) (hexa Core) e frequência de operação interna mínima de 2,0 GHz;
- b) Deverá atingir índice de no mínimo, 1800 (mil e oitocentos) pontos para o desempenho medido pelo software BAPCO SYSmark 25 no cenário Overall Rating com três iterações ou 2100 (dois mil e cem) pontos para o desempenho medido pelo software BAPCO SYSmark 2018 no cenário Overall Rating com três iterações, conforme descrito no subitem 8.5 do Termo de Referência fo TRE-SP;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Obrigatoriamente da última geração disponibilizada pelo seu fabricante para ser comercializada no Brasil.

### **Memória**

a) 16 GB – SDRAM DDR-5, em 2 (dois) módulos de 8 Gb, do tipo SDRAM DDR-5 e velocidade de no mínimo 4800 Mhz ou superior;

b) Deverá possuir expansão de no mínimo 64 GB.

### **BIOS / CMOS**

a) A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Serão aceitas soluções em regime de O&M ou personalizadas, desde que o fabricante possua direitos totais (copyright) sobre a BIOS. Não serão aceitas soluções em regime de OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados;

b) As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante;

c) BIOS em português ou inglês, desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>) e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager);

d) A comprovação de compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada por meio do site <http://www.uefi.org/members>;

e) Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, com capacidade de proteção contra gravação, realizada por software;

f) Suporte a ACPI 2.0 (Advanced Configuration and Power Interface) com controle automático de rotação do ventilador da CPU;

g) Possuir controle de permissões de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador e outra para os recursos de administração da BIOS (Power On e Setup respectivamente);

h) Em que pese no estudos preliminares e no Termo de Referência originário constar cláusula exigindo que deverá ser gravado em campo próprio da BIOS o número do patrimônio do equipamento. A licitante deverá entregar em planilha eletrônica a relação dos patrimônios com seu respectivo número de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

série, para todos os itens a serem patrimoniados como CPU, Monitor e Teclado, bem como a fixação da etiqueta de patrimônio fornecida pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO nos equipamentos, para o TRE-RO esta cláusula e a cláusula seguinte serão suprimidas em razão de política interna de segurança.

i) A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos com o logotipo do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO estampado na inicialização da BIOS do equipamento (suprimida pelo TRE-RO);

j) Permite salvar as configurações da BIOS em um arquivo e carregá-las em outros equipamentos do mesmo modelo, estando este com senha configurada na BIOS ou não, facilitando assim a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança;

Deverá o equipamento dispor de software para diagnóstico de problemas com as seguintes características:

k) A fim de permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);

l) O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento; processador; memória RAM; firmware do equipamento; capacidade do disco rígido;

m) Deverá verificar, testar e emitir relatório em 2 (dois) modos, sendo básico e avançado (teste de stress), através de tela gráfica que mostre o andamento do teste, dos seguintes componentes: Processador; Memória; Disco rígido (ou memória de armazenamento);

n) Deverá ser gerenciável remotamente, assumindo-se que possam estar desligados, porém energizados pela rede elétrica e conectados localmente à rede de dados;

o) Deverá permitir ligar e desligar o micro remotamente, com controle de acesso, em horários programados;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- p) Possuir a capacidade de inventário remoto de hardware mesmo com o equipamento desligado;
- q) A máquina deverá ter a capacidade de ser gerenciada mesmo quando estiver fora da rede corporativa, conectada na internet, usando NAT;
- r) A BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma;
- s) Desenvolvida de acordo com o padrão de segurança NIST 800-193, permitindo o auto reparo da BIOS e firmware quando corrompidos ou adulterados por ataques cibernéticos usando uma cópia íntegra que deve estar armazenada em área segura;
- t) Permitir acesso remoto ao POST (procedimento de inicialização) e BIOS para leitura e gravação, mesmo com o equipamento desligado do microcomputador através da rede;
- u) Deverá permitir acesso remoto ao sistema operacional e processo de inicialização do microcomputador através de interface gráfica, com controle remoto do mouse e teclado (KVM remoto), independente do suporte de aplicações locais ou estado do sistema operacional pela rede local e wireless;
- v) Permitir inicialização remota a partir de imagem (iso ou img) ou CD-ROM instalado na console de gerência, com acesso remoto gráfico, e utilização remota do teclado e mouse;
- w) Permitir todas as funções acima especificadas em rede 802.1x (Microsoft NAP e CISCO 802.1x);
- x) Possibilitar o BOOT do sistema operacional através do modo UEFI através dos discos internos ou externos ao equipamento;
- y) Possuir Virtualização Assistida por Hardware;
- z) Possuir I/O Virtualization;
- aa) Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e SSHD de maneira que as informações não possam ser recuperadas, mesmo quando utilizados recursos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

profissionais para essa finalidade, a solução deverá estar em conformidade com a NIST SP800-88r1 ou superior, ser do próprio fabricante do microcomputador ou de terceiros, porém homologada pelo fabricante do microcomputador;

bb) A BIOS deve possuir recurso para realização de downgrade;

cc) Suportar gerenciamento remoto com base nas especificações DASH 1.2 (Dekstop and Mobile Architecture for System Hardware);

dd) O Gerenciamento DASH 1.2 deverá funcionar através de certificado digital, chave pública e privada e protocolo Kerberos quando executado em modo Out of Band (OOB);

ee) O gerenciamento OOB deverá funcionar em redes seguras 802.1x tanto em redes Ethernet cabeadas quanto em redes WiFi;

ff) A plataforma deverá possuir firewall layer2/3 integrada ao hardware (Wired e Wifi) e deverá funcionar mesmo se o sistema operacional estiver inoperante;

gg) A função OOB KVM deverá possuir mecanismo de segundo fator de autenticação permitindo o usuário autorizar ou negar o acesso a máquina, esse mecanismo deverá funcionar mesmo se o sistema operacional estiver inoperante;

hh) Permitir OOB KVM em até três monitores conectados no PC;

ii) Quando controlado remotamente através do KVM, a máquina deverá indicar para o usuário que está sendo remotamente controlada apresentado mudança na borda do vídeo;

jj) Deverá possuir log de auditoria para cada acesso OOB, esse log de acesso deverá ser gravado no chip e nem mesmo o admin da plataforma poderá apagá-lo;

kk) Permitir que o PC seja desligado em horários determinados mesmo que este esteja desconectado da rede Eth.

ll) Em alinhamento com a Lei nº 13.709/2018, a tecnologia de gerenciamento remoto deve solicitar ao usuário código de acesso ou senha e sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **Controladora de disco rígido**

- a) Serial ATA III ou superior, integrada à placa mãe, com capacidade para controlar, no mínimo, 1 (um) disco rígido para o equipamento que for ofertado com esse tipo de dispositivo, com velocidade de transferência de no mínimo 6 Gb/S. Controladora de vídeo a) 1 (uma) compatível com o padrão SVGA, com no mínimo 256 Mb de memória, com suporte resolução máxima de 1920x1080, modo de 16.7 milhões de cores e sinal de sincronismo vertical mínimo de 60 HERTZ para as resoluções de 1920x1080;
- b) Barramento PCI-Express, sendo aceita solução onboard;
- c) Deverá atender ao padrão DIRECTX 12 ou superior;
- d) Deverá possuir conectores externos sendo: 1 (um) analógico do tipo VGA (DB15) e 2 (dois) digitais do tipo HDMI e/ou DisplayPort. Deverá ser compatível com os conectores e cabos do monitor ofertado, não sendo aceita solução através de adaptadores ou conversores. Deverá possuir recurso para utilização de no mínimo 2 (dois) monitores com opção de clone de imagem ou extensão da área de trabalho.

### **Monitor**

- a) 1 (um) Monitor LED, com painel TN, VA ou IPS de, no mínimo, 23 polegadas, com relação dimensional Horizontal/Vertical;
- b) Deverá possuir ajuste de altura e rotação (horizontal/vertical) com o microcomputador fixado;
- c) Tempo de resposta de no mínimo 8ms;
- d) Resolução mínima de 1920 x 1080 @ 60 Hz;
- e) Brilho de no mínimo 250 cd/m<sup>2</sup>;
- f) Conectores HDMI e/ou Display Port (digital) ou superior e VGA (DB15) analógico;
- g) Pixel Pitch de no máximo 0,295 mm (ou menor);
- h) Contraste de no mínimo 1000:1 (estático);



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i) Ângulo de visão horizontal e vertical de no mínimo 178°;
- j) Número de cores mínimo de 16,7 milhões;
- k) Frequência Horizontal de no mínimo 30 à 83 kHz;
- l) Frequência Vertical de no mínimo 50 à 76 Hz;
- m) Ajustes de Imagem desejáveis: Contraste, Brilho, Posição (Vertical e Horizontal), Autoajuste,
- n) Reset (Geometria / Cor), Ajuste de imagem (fino e grosseiro), Nitidez, Temperatura de Cor,
- o) Controle de Cor, (RGB), Controle de Gama, Posição do Menu Digital, (Vertical e Horizontal),
- p) Tempo de Exibição do Menu Digital, Idioma, posição (H/V);
- q) Economia de Energia: Compatível com Energy Star;
- r) O monitor deve possuir no mínimo 02 (duas) interfaces USB 3.0 laterais ou na parte de baixo, facilitando assim o acesso por parte dos usuários. Deverão ser fornecidos os cabos necessários para interconexão do monitor com o gabinete para o adequado funcionamento das interfaces laterais ou na parte de baixo (inferior). As portas devem ser do projeto original do monitor, não sendo aceita nenhum tipo de adaptação ou uso de Hubs externos;
- s) Acessórios inclusos: Cabo de Alimentação (1,8 m), Cabo RGB (1,8 m), Cabo DisplayPort e/ou HDMI (1,8 m). Todos os cabos devem ser compatíveis com a placa de vídeo do equipamento. Sendo aceita solução através de conectores;
- t) Kit de montagem para o gabinete com encaixe no monitor ou em seu pedestal, contendo trava de segurança e que não impeça a regulagem de altura e rotação do monitor, sendo do mesmo fabricante do equipamento ou homologado.

**Unidade de disco rígido**

Ofertar unidade de armazenamento de, no mínimo, 1TB, por meio de:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Uma unidade de disco rígido instalada interna de no mínimo 1000GB 7200RPM SATA III com tecnologia NCQ (Native Command Queuing) e uma unidade de armazenamento adicional NVME do tipo M.2 de, no mínimo, 256GB com suporte à tecnologia S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e as seguintes características: • Velocidade de leitura mínima de 1.600 MB/s; • Velocidade de gravação mínima de 800 MB/s;

Ou:

b) Uma unidade de armazenamento do NVME tipo M.2 de, no mínimo, 1TB com suporte às tecnologias S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e as seguintes características:

- Velocidade de leitura mínima de 1.600 MB/s;
- Velocidade de gravação mínima de 800 MB/s;

O computador apenas com armazenamento NVME apresenta um desempenho melhor e custo normalmente mais alto. A inclusão dessa alternativa se deve ao fato de alguns fabricantes não estarem mais ofertando equipamentos com disco rígido. Assim, para ampliar a concorrência seriam aceitos os dois tipos de armazenamento (HDD + SSD e somente SSD). O julgamento objetivo será pelo preço. Hoje, um fornecedor que somente ofertasse equipamentos com SSD teria dificuldade em competir nos preços. Mas a tendência é o preço dos SSDs caírem e essa solução substituir os HDDs atuais.

### **Teclado**

a) 1 (um) com a marca do mesmo fabricante do conjunto do equipamento proposto, de no mínimo, 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT2, com todos os caracteres da língua portuguesa, com conector USB (não será aceito adaptador em nenhuma das possibilidades);

b) Deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, sendo aceito solução em OEM, desde que seja gravado no periférico a marca do fabricante do equipamento;

c) Deverá possuir função que permita que o equipamento seja ligado através do teclado.

Mouse óptico



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) 1 (um) com a marca do mesmo fabricante do conjunto do equipamento proposto, possuindo conector USB (não será aceito adaptador em nenhuma das possibilidades), compatível com o padrão intelmouse (botão scroll) e resolução mínima de 1000 DPIs por hardware;
- b) Óptico com botão de rolagem;
- c) Mouse pad com superfície adequada para utilização de mouse ótico;
- d) Deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, sendo aceito solução em OEM, desde que seja gravado no periférico a marca do fabricante do equipamento.

### **Interface de rede local**

- a) 01 (uma) Ethernet, Giga Ethernet 10/100/1000 MBPs, possibilitando o chaveamento de velocidade de 10Mbps/100Mbps/1000Mbps, sem a necessidade de software/hardware adicionais, com no mínimo, 1 (um) conector RJ-45, led indicador de status, suportando o modo de operação “Full Duplex”, auto-sense, integrada à placa-mãe ou em uma placa instalada em conector (slot) PCI-E, possuindo WOL (Wake On Lan), totalmente compatível com os padrões Ethernet IEEE 802.2 e 802.3;
- b) 01 (uma) interface de rede wireless padrão 802.11 b/g/n/ac e AX, compatível com o gerenciamento exigido no item 4.5 do Termo de Referência. Não serão aceitas soluções externas. Deverá ser entregue junto à proposta cópia do certificado de homologação pela Anatel.

### **Software de Gerenciamento e segurança e/ou CD de Recuperação**

- a) Deverá fornecer um programa de “backup” pré-instalado, ou nativo do sistema operacional, com as seguintes funções ou características:
- b) O programa de backup não deverá fazer backup de arquivos repetidos;
- c) A restauração do backup poderá ser: apenas de um arquivo selecionando pelo usuário ou realizar a restauração total do último backup;
- d) Software deverá possuir recurso para que o usuário crie os CDS/DVDS de recuperação ou pen-drives da imagem padrão do equipamento;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e) O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema;
- f) O fabricante deverá disponibilizar software capaz de verificar automaticamente novas atualizações de drivers e BIOS e permitir o usuário escolher quando instalá-los;
- g) Deverá ser fornecido software do próprio fabricante do equipamento ou homologado para o mesmo que permita a verificação e instalação das últimas atualizações de todos os drivers disponíveis pelo fabricante do equipamento. Deverá ser capaz de monitorar o equipamento, realizar diagnósticos, emitir alertas, capaz de alterar configurações de BIOS e ajudar a reparar erros do equipamento ajudando assim a manter a saúde e segurança do equipamento;
- h) Comprovação de que o fabricante dos equipamentos ofertados possui banco de dados disponibilizado na Internet que permita obter a configuração de hardware e software ofertado, periféricos internos e drivers de instalação atualizados e disponíveis para download a partir do nº de série e/ou modelo dos mesmos;
- i) O fabricante deverá possuir recurso disponibilizado via website do próprio fabricante ou fornecedor (informar url para comprovação), que realize on-line a validação e verificação da garantia e disponibilize a configuração original do equipamento através da inserção do número de série do equipamento, modelo ou etiqueta de serviço.

### **Sistema Operacional**

- a) 1 (um) Microsoft Windows 10 Professional – 64 bits, OEM em português, com sua respectiva licença de uso para cada unidade fornecida. A contratada deverá realizar o desenvolvimento da imagem junto com os técnicos desta entidade pública, e esta deverá ser replicada em todos os equipamentos;
- b) Deverá ser fornecido Kit de recuperação da imagem do equipamento com a sua respectiva licença de uso.

**Garantia do Fabricante:** mínima de 60 meses, onsite, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**Outros Requisitos:** a) Todos os componentes ofertados devem manter o mesmo padrão de cor;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Cada equipamento deverá ser acompanhado de 1 (um) cabo de aço com trava do padrão “Kensington”.

- Todos os cadeados deverão ser abertos com chaves. Não serão aceitos cadeados baseados em código; o Todos os “segredos” deverão ser iguais, podendo ser abertos por qualquer uma das chaves entregues;
- As chaves disponibilizadas para outros órgãos que eventualmente venham a aderir a Ata de Registro de Preço deverão receber “segredo” diferenciado das chaves entregues ao órgão gerenciador.

c) Cada equipamento deverá vir acompanhado de 1 (um) cabo de rede no padrão CAT 5e, de no mínimo 3,0m (três metros) sem contar os conectores, na cor azul com conectores do tipo RJ-45 dotados de capa, construídos em linha de montagem fabril, não sendo admitidos cabos montados com crimpadores manuais;

d) Disponibilizar no site do fabricante, fornecedor ou terceiro, drives de todos os componentes do microcomputador para que operem com o Sistema Operacional Windows 10.

e) Todos os equipamentos deverão ser entregues em embalagem individual.

Documentação:

a) A documentação exigida deve ser publicada e mantida pela empresa fabricante dos equipamentos em sistema informatizado de livre acesso, ou seja, sem necessidade de credenciais, usuário, senhas ou códigos específicos para acesso, disponível em página web da mesma;

b) Ficha técnica: ficha com dados técnicos do equipamento;

c) Manual de uso: instruções gerais para a utilização do equipamento;

d) Manual de serviço: instruções técnicas para manutenção, remoção, reposição de peças, configuração avançada, e análise técnica/resolução de problemas;

e) Manual de funcionalidades da ferramenta de diagnóstico;

f) A documentação deve estar disponível em, no mínimo, uma (1) das seguintes línguas: Português (PT-BR) ou Inglês;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) A documentação deve ser disponibilizada, no mínimo, em formatos PDF ou HTML.

### **3. DA JUSTIFICATIVA**

**3.1.** Além da descrição da necessidade da contratação constante no Documento de Formalização da Demanda: Evento sei ([0978866](#)), considerando ainda que a EPC tomou conhecimento da IRP 41/2023 do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e que os equipamentos que serão adquiridos naquele regional tem características técnicas semelhantes às da necessidade do TRE-RO, a EPC entendeu que seria mais vantajoso que o TRE-RO atuasse como partícipe na IRP sobredita, primeiramente em razão da economia processual, pois, em vez de se realizarem diversas licitações, a compra compartilhada é feita apenas uma para todos os órgãos participantes. Em segundo lugar, o ganho de escala promovido pela agregação dos quantitativos demandados pelos órgãos permite a negociação de um preço final mais vantajoso para a Administração Pública. Em terceiro lugar, em geral, as compras compartilhadas favorecem as especificações técnicas com maior qualidade, uma vez que se pode aproveitar a *expertise* técnica compartilhada entre os órgãos participantes na fase de planejamento.

Instada, a Diretora Geral autorizou o pleito como se verifica no evento (1020972). **Assim esta aquisição se dará mediante participação em IRP do TRE/SP.**

Foi realizado em conjunto com o TRE/SP pesquisas de preços, eventos [1061388](#), [1061395](#) e [1061409](#), onde restou evidenciado que a aquisição desses equipamentos seria mais vantajosa ao TRE-RO, pois os preços registrados estão em consonância do praticado no mercado ficando demonstrada que a aquisição através da participação na referida IRP é vantajosa para a Administração, gerando economia para a instituição e, diante disto, justifica-se a participação.

Ademais, foi verificado que equipamentos que serão adquiridos naquele regional tem características técnicas semelhantes às da necessidade do TRE-RO, pois são equipamentos comuns às atividades desta Justiça especializada.

Logo em respeito aos princípios da economicidade e da celeridade processual para o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, restando comprovada a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devida vantajosidade do processo em epigrafe, justifica-se a participação na IRP 41/2023 do TRE/SP.

### **4. IDEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS**

#### **4.1. Identificação das necessidades de negócio**

**4.1.1.** As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição da solução mais adequadas a tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

- a) Atender às demandas registradas no [Plano Anual de Contratações de TIC 2023](#) identificador 2023M01.
- b) Prover recursos computacionais necessários ao perfeito desenvolvimento das atividades laborais. Trata-se de recursos de hardware e software que provenham apoio à execução de tarefas de suporte, administração e gestão de atividades meio e fim relacionadas ao alcance mediato ou indireto do interesse público;
- c) Prover apoio computacional à continuidade dos serviços desenvolvidos no TRE-RO. Essa funcionalidade está ligada ao princípio da Continuidade do Serviço Público, segundo o qual o Estado, na qualidade de detentor dos bens e interesses públicos, não pode parar, caso contrário estaria deixando de defender ou representar a coletividade;
- d) Assegurar que os equipamentos possuam uma garantia e suporte ao longo de sua vida útil;
- e) Recompôr o parque de equipamentos de TIC do TRE-RO, retirando do uso aqueles que já alcançaram ou estão na iminência da obsolescência técnica;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Adequar o parque de equipamentos de TIC ao alcance dos Objetivos Estratégicos traçados pela Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026 estabelecida pelo CNJ através da - Resolução CNJ n. 396, de 07/06/2021.

### **4.2. Identificação das necessidade tecnológicas**

4.2.1. As necessidades tecnológicas, também chamadas de requisitos da solução de tecnologia, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0) com adaptações, descrevem as características de uma solução que atende aos requisitos do negócio São desenvolvidas e definidas neste documento após a realização de uma Análise de Requisitos. Dentre tais requisitos, espera-se:

- a) Oferecer um desempenho computacional adequado aos aplicativos utilizados para realização de tarefas administrativas e finalísticas do órgão;
- b) Maximizar a eficiência energética dos recursos computacionais;
- c) Oferecer compatibilidade tecnológica;
- d) Observar os requisitos ambientais;
- e) Para notebooks: Maior autonomia de bateria; Peso adequado ao uso; Tamanhos de telas aderentes às necessidades, visando prover melhor ergonomia no uso; Mecanismos de segurança e privacidade devem ser previstos etc.

### **4.3. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC**

4.3.1. Além dos requisitos de negócio e tecnológicos, a presente sessão destaca aqueles requisitos que devem ser considerados ao longo do planejamento da contratação para se assegurar o alcance dos objetivos pretendidos com a aquisição, conforme a seguir:

- a) A solução em comento está em consonância com o [Plano Anual de Contratações de TIC 2023](#) identificador 2023M01.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Observar aspectos de ergonomia; e
- c) Propor procedimentos de logística mais eficientes.

### **5. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS**

5.1. Definidos no item 2.2 deste Termo de Referência.

### **5.2. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES**

5.2.1. A análise comparativa das soluções consiste na identificação e comparação dos diferentes aspectos qualitativos em termos de benefícios ou obstáculos para o alcance dos objetivos da contratação.

<b>Aspecto da solução de TIC</b>	<b>Solução 1- Desktops com monitor</b>
Necessidade de ajuste da infraestrutura atual:	<b>Não</b> , pois trate-se de substituição dos equipamentos já em uso no Tribunal.
Necessidade de contratação de serviços adicionais correlacionados ao objeto da contratação:	<b>Não</b> , a presente solução engloba todas as características necessárias para ser implementada assim que o equipamento for entregue pelo fornecedor.
Grau de dependência tecnológica:	<b>Baixo</b> , pois os equipamentos podem ser tratados como commodities e sua utilização pode ser facilmente substituído por equipamentos mais novos e modernos.
Grau de Integração de serviços e usabilidade ao usuário:	<b>Baixo</b> . Os serviços prestados com o equipamento em tela são os mesmos daqueles utilizados no Órgão.
Necessidade de revisão de processos de trabalho para utilização mais eficiente da solução:	<b>Consolidado</b> . As soluções desse tipo de equipamento é estável e ampliação do fornecido pelo mercado.
Maturidade do mercado no fornecimento da solução:	No próprio equipamento ou centrado na infraestrutura local (infraestrutura elétrica ligada ao notebook, no switch de distribuição, no roteador wireless caso esteja a utilizando).
Pontos de falha:	<b>Não</b> . O uso do equipamento não necessita de treinamento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Encargos de implantação da solução:	<b>Baixo.</b> Uma vez instalada a infraestrutura local, a distribuição dos equipamentos requer poucos encargos em termos de equipe alocada.
Necessidade de treinamento para o usuário:	<b>Não.</b> O uso do equipamento não necessita de treinamento.
Necessidade de capacitação para equipe de operações:	<b>Não,</b> por se tratar de uma solução utilizada na administração não será necessária de capacitação da equipe de operações.
Consumo energético	<b>Baixo,</b> esse tipo de solução, utiliza menos energia quando comparada com a solução com equipamentos convencionais.
Necessidade de monitoramento da solução de hardware e software	<b>Sim.</b> Com base em diretrizes administrativas recentes é necessário realizar o monitoramento das soluções de hardware e software em todos os equipamentos visando a redução dos gastos na manutenção deles.

5.2.2 Examina-se nesta seção, para cada solução, os aspectos previstos na IN SGD-ME n. 01/2019 que devem ser avaliados em uma contratação de TIC.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	x		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			x
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			x
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			x



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			x
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			x

### **6. DO VALOR**

6.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 736.210,00 (setecentos e trinta e seis mil duzentos e dez reais )**.

6.2.. O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, evento [1075721](#).

### **7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

7.1. Os critérios de sustentabilidades foram previstos na cláusula 6 do Anexo I do Edital Pregão Eletrônico n. 73/2023 TRE-SP ([1061384](#)).

#### **6.3 ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO**

6.3.1 A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>			
<b>Tipo de Orçamento</b>	<b>Item de despesa do planejamento orçamentário</b>	<b>Plano Interno</b>	<b>Previsão de execução orçamentária por ano</b>
			<b>exercício corrente (R\$)</b>



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			<b>2023</b>
Ordinário	COSUPUE - Aquisição de Microcomputadores com monitor	INV EQUITIC	Disponível: R\$ 736.210,00
<b>Total por exercício financeiro</b>			<b>R\$ 736.210,00</b>

### **7. DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

#### **7.1. CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1.1 Registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.

7.1.2 As aquisições parceladas possibilitará o dimensionamento racional das aquisições para o atendimento da demanda registrada no DOD, inclusive adequando-as à realidade orçamentária em função do efetivo preço obtido ao final do certame.

7.1.3 A situação aqui descrita amolda-se à hipótese de adoção do SRP na forma do art. 3º, III, do Decreto n. 7892/2013, a saber:

[...]

Art. 3º

III- quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo

#### **7.2. REGISTRO DE PARTICIPAÇÃO EM “IRP”**

7.2.1 Em atenção ao Decreto 7.892/2013, a participação no certame do TRE-SP foi solicitada previamente pelo Núcleo de Apoio às Contratações de TIC-NATCTIC (1020387), autorizada ([1020972](#)), motivo pelo qual a participação já se encontra registrada no SIASGNET IRP ([1021587](#) e [1029164](#)).

#### **7.2 DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INGRESSO COMO PARTÍCIPE NO REGISTRO DE PREÇOS DO TRE-RO**

**7.2.1** De acordo com o art. 6º do Decreto n. 7.892/2013:

I - Manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações: Tais informações integram a solicitação de participação juntada no evento (1021587);

II - Aprovação preliminar do ingresso por meio de IRP: Autorizada no evento ([1020972](#));

III - Manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório: Integra a solicitação de participação juntada no evento ([1021587](#));

**7.2.2** De acordo com art. 20 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008: Embora essa norma não tenha disciplinado quais elementos devem instruir o processo de ingresso do TRE-RO como partícipe em registros de preços de outros órgãos, tem-se que essa condição é por ela buscada. Isso porque, o § 1º, inciso II do referido art. 20 contém a seguinte redação: "***justificar, na própria solicitação, os motivos pelos quais não ingressou como participante desde o início da implantação do sistema, quando se tratar de adesão a atas de órgãos federais locais;***" Dessa forma, entende-se que o processo de ingresso na condição de partícipe deva conter os elementos estabelecidos para as adesões em RP, **naquilo que aplicável**, conforme adiante relacionado:

I - Inexistência de adjudicatário ou contratado no próprio órgão para fornecer o mesmo objeto;

II - Ingresso diretamente como partícipe no certame do Pregão Eletrônico n. 73/2023 do Tribunal Regional de São Paulo;

III - Vantagem da adesão: Demonstrada na justificativa da contratação, item 3.1. deste TR;

IV - Documentos juntados ao processo:

a) pesquisa de Preços: eventos [1061388](#), [1061395](#) e [1061409](#);

b) solicitação de participação e confirmação do órgão Gerenciador, registrada no SIASGNET IRP ([1021587](#) e 1029164).

c) manifestação do Fornecedor: não aplicável;

d) atos que regem a contratação:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d1 - cópia do Edital: evento [1061384](#);

d2 - comprovação de publicação do Edital no DOU: Evento 1076189;

d3 - cópia da ARP assinada e com vigência de 12(doze) meses contados a partir da data da assinatura do citado documento: evento ([1075796](#));

d4 - Comprovação de publicação do Extrato de Registro de Preços DOU, com vigência de 12 meses: evento ([1075967](#)).

### **8. DO CERTAME LICITATÓRIO**

#### **8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

8.1.1 De acordo com o edital do Pregão Eletrônico n. 73/2023 do Tribunal Regional Regional Eleitoral de São Paulo, evento ([1061384](#))

### **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1.1 De acordo com o item XX do Edital do Pregão Eletrônico n. 73/2023 do Tribunal Regional Regional Eleitoral de São Paulo, evento ([1061384](#)).

### **10. DO CONTRATO E DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**

10.1. De acordo com o item XXIV do Edital do Pregão Eletrônico n. 73/2023 do Tribunal Regional Regional Eleitoral de São Paulo, evento ([1061384](#)).

#### **10.2 PRAZOS DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

10.2.1 O prazo e locais de entrega dos equipamentos seguirão as disposições contidas na cláusula 10 do Anexo I e Apêndice B do Edital.

#### **10.3. GARANTIA:**

10.3.1 mínimo de 60 (sessenta) meses de fábrica para reposição de peças e mão de obra, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Definitivo, nos termos dispostos na cláusula 12 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

**11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**11.1** Nos termos estabelecidos pelo Edital do Pregão Eletrônico n. 73/2023 do Tribunal Regional de São Paulo, especialmente nas cláusulas VIII e IX o Capítulo 9 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital e itens VIII e IX da Ata de Registro de Preços ([1075796](#)).

**11.2 DO PAGAMENTO**

11.2.1 O pagamento do preço devido, conforme proposta da Detentora, obedecerá ao disposto na cláusula VII do Contrato (Anexo IV do Edital).

**12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** De acordo com a cláusula XXVIII do Edital.

**13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**13.1** A gestão do contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas do TRE-RO, ou quem suas vezes fizer.

**13.2** A fiscalização técnica do contrato será exercida pelo titular da Seção de Suporte Especializado do TRE-RO, ou quem suas vezes fizer.

**13.3** A existência de fiscalização da contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da contratada por qualquer vício ou defeito presente nos bens fornecidos.

**14. DOS ANEXOS**

**14.1** São anexo do presente Termo de Referência:

1. As pesquisas de preços: eventos [1061388](#), [1061395](#) e [1061409](#);



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

2. O Edital do Pregão Eletrônico n. 73/2023 do TRE-SP e seus anexos ([1061384](#));
3. A comprovação de publicação do Edital no DOU: Evento [1076189](#);
4. Ata de Registro de Preços Assinada, evento ([1075796](#))
5. Publicação da Ata no DOU ([1075967](#)).



Documento assinado eletronicamente por **DEUSJUSMAR CAMURÇA LIMA NETO, Coordenador(a)**, em 23/10/2023, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Azevedo Andrade Júnior, Chefe de Seção**, em 23/10/2023, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR PEREIRA DA SILVA, Chefe de Núcleo**, em 23/10/2023, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1076053** e o código CRC **85AF1BD2**.

0001080-34.2023.6.22.8000

1076053v15



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001080-34.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas - COSUPUE da STIC.

ASSUNTO: ADESÃO À INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 73/2023 TRE-SP – Ata de Registro de Preços nº 93/2023 – Aquisição de microcomputadores. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 241 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Núcleo de Apoio às Contratações de TIC-NATCTIC para registro dos atos relacionados à **adesão à IRP 41/2023** - TRE/SP que tem como objeto a aquisição de conjuntos de microcomputadores com monitor, em consonância com o [Plano Anual de Contratações de TIC 2023](#) identificador 2023M01. Na informação prestada no evento [1020387](#) e dirigida à Diretoria-Geral deste Tribunal, o titular da Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas - COSUPUE, expõe a seguinte situação:

I - Necessidade de prover equipamentos de microinformática para atualização do parque computacional do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - (TRE-RO);

II - Foi elaborado Documento de Oficialização da Demanda - DOD ([0978866](#)) e a instituída Equipe de Planejamento da contratação (EPC), através da PORTARIA Nº 79/2023 - PRES/DG/GABDG ([0989761](#));

III - A EPC tomou conhecimento da IRP 41/2023 do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sendo que equipamentos que serão adquiridos naquele regional têm características técnicas semelhantes às da necessidade do TRE-RO; assim, a **EPC entendeu que seria mais vantajoso** que o TRE-RO atuasse como partícipe na IRP, por **economia processual, ganho de escala** promovido pela agregação dos quantitativos demandados pelos órgãos, que permite a negociação de um preço final mais vantajoso para a Administração Pública e porque as **compras compartilhadas favorecem as especificações técnicas com maior qualidade**, uma vez que se pode aproveitar a *expertise* técnica compartilhada entre os órgãos participantes na fase de planejamento;

IV - a unidade contatara o TRE-SP, sendo orientado que, caso este Tribunal tivesse interesse em PARTICIPAR da referida licitação, deveria manifestar-se por meio do sistema SIASGnet, entre os dias 12/06/2023 até o dia 21/06/2023;

V - Destacou que os artefatos da contratação com a indicação das especificações técnicas seriam elaborados concomitantemente ao andamento do processo licitatório do TRE-SP, isso porque **não haveria tempo hábil** para essa tarefa antes do término do prazo de manifestação de interesse;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Solicitou autorização para manifestação de interesse na referida IRP com vistas à aquisição de 166 microcomputadores.

**02.** Por meio do Despacho nº 662/2023 ([1020972](#)) a titular da Diretoria-Geral deste Tribunal encaminhou o feito à SAOFC para providenciar a inclusão dos quantitativos no sistema *Siasgnet*, conforme solicitado pela STIC. Mediante Despacho nº 1224/2023, o Secretário da SAOFC determinou o envio do processo:

I - À ASLIC, para registrar no **sistema SIASGnet** a manifestação de interesse deste Tribunal em ingressar como partícipe na IRP nº 41/2023 do TRE/SP, nos termos e quantitativos informados pela unidade demandante ([1020387](#) e [1020760](#));

II - À NATCTIC para continuidade, cabendo à unidade demandante, enquanto órgão partícipe, iniciar as tratativas junto ao órgão gerenciador e elaborar os documentos necessários à contratação.

**03.** Para cumprimento dos referidos despachos, vieram ao processo:

I - Documentos comprobatórios da aceitação na participação deste Tribunal na IRP 41/2023 ([1029164](#));

II - Documento de Oficialização da Demanda (DOD), produzido neste TRE-RO no evento [0942853](#) do PSEI [0000345-98.2023.6.22.8000](#);

III - Documentos da fase de planejamento da contratação - e demais - elaborados pelo TRE-SP, a saber:

a) Estudo Técnico preliminar - ETP ([1061382](#));

b) Documentos acerca da estimativa de preços ([1061388](#), [1061395](#) e [1061409](#));

c) Edital de Pregão Eletrônico SRP-SP nº 73/2023 ([1061384](#)) e comprovação de sua publicação no DOU ([1077154](#));

d) Termo de Referência ([1061424](#))

e) Ata de Registro de Preços ARP TRE-SP SP nº 93/2023 ([1075796](#)) e comprovação de sua publicação no DOU ([1075967](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Documentos da fase de planejamento da contratação elaborados neste Tribunal, a saber:

a) formulário de instituição e ciência dos membros da equipe de planejamento da contratação - EPC (1076228);

b) Mapa de Gestão de Riscos para as fases de planejamento, seleção do fornecedor e gestão e fiscalização do contrato ([1076218](#));

c) Estudo Técnico Preliminar nº 11/23 - NACTIC ([1075476](#)), que aponta a solução de aquisição dos mini Desktops, mediante adesão de participação na IRP 41/2023 do TRE-SP em função da sua vantajosidade;

d) Informação conclusiva do valor estimado da contratação direta - ICVEC, no valor de **R\$ 736.210,00** (setecentos e trinta e seis mil duzentos e dez reais), evento [1075721](#), instruída pelas pesquisas de preços realizadas em conjunto com o TRE-SP - por todos os órgãos partícipes da IRP 41/2023, de acordo com o quantitativo total da IRP, detalhada nos eventos [1061388](#), [1061395](#) [1061409](#);

V - Termo de Referência nº 7/23 - NACTIC ([1076053](#)), com as regras aplicáveis à contratação pretendida.

**04.** Concluída a instrução, para a efetivação da aquisição com o fornecedor compromissário da ARP indicada, em observância ainda ao § 1º, art. 13, da Resolução CNJ nº 182/2013, os documentos elaborados pela EPC foram submetidos ao Secretário da STIC ([1076242](#)), que os aprovou ([1076263](#)). Assim, por meio do Despacho nº 2545/2023 ([1076291](#)), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, juntado aos autos pela unidade requisitante; à COFC para realizar a programação orçamentária da pretensa despesa; à SECONT para elaboração de minuta de instrumento contratual e, por fim, a esta AJSAOFC para realização de controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação pretendida.

**05.** Em cumprimento, a SAC concluiu a análise dos documentos que compõem a fase de planejamento da contratação nos seguintes termos ([1076603](#)):

*Pelo exposto, conclui-se que o Termo de Referência 7 (evento [1076053](#)), complementado pelas pesquisas de preços realizadas e juntadas ao processo, possuem os elementos mínimos exigidos pelo inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019 e art. 5º, V, da IN TRE-RO n. 004/2008, na condição de participante do certame do Pregão Eletrônico n.*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*73/2023 do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (Órgão gerenciador - UASG 070018) objetivando a formação de registro de preço para futura e eventual aquisição de conjuntos de microcomputadores com monitor, motivo pelo qual encaminhamos para a AJSAO para emissão do parecer jurídico.*

**06.** Na sequência, a SECONT registrou ([1076723](#)) que não haverá necessidade de elaboração de minuta de instrumento contratual, visto tratar-se de adesão à Ata de Registro de Preços 93/2023 do TRE-SP, motivo pelo qual o instrumento de contrato a ser lavrado pelo TRE-RO seguirá o mesmo teor da minuta juntada no evento [1061384](#), anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico 93/2023/TRE-SP.

**07.** O Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício ([1076753](#)), a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 736.210,00 (setecentos e trinta e seis mil duzentos e dez reais) e informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([1076768](#)).

**08.** Desta forma instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**09.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0001080-34.2023.6.22.8000) até a presente data.

**10.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

**11.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**12.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**13.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – PRELIMINARMENTE - - POSSIBILIDADE JURÍDICA - APLICAÇÃO DO REGIME DAS LEIS 10.520/2002 E 8.666/93.**

**14.** Verifica-se que a contratação do órgão gerenciador se encontra fundamentada e instruída sob o regime da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Contudo, tal situação não impede a produção de efeitos já na vigência da Lei nº 14.133/2021, veja-se:

#### **Lei 14.133/2021:**

**Art. 191.** Até o decurso do prazo de que trata o [inciso II do caput do art. 193](#), a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

**Parágrafo único.** Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no [inciso II do caput do art. 193 desta Lei](#), o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

(...)

#### **Art. 193.** Revogam-se:

(...)

II - em 30 de dezembro de 2023: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023\)](#)

a) a [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#); [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023\)](#)

b) a [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#); e [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023\)](#)

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.** Sobre a transição dos regimes jurídicos a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição tratada pelo art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, de igual forma, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

**Parágrafo único.** Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

**16.** Nesses termos, verifica-se que há permissivo legal expresso para que esta Administração celebre contrato derivado da Ata de Registro de Preços ARP TRE-SP SP nº 93/2023 ([1075796](#)).

## **IV – INGRESSO EM SRP POR MEIO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO**

**4.1 Da regularidade do procedimento de ingresso do TRE-RO em SRP por meio de IRP divulgada no Sistema Siasnet.**

**17.** A contratação ora pretendida pela Administração deriva da adesão à contratação conjunta, conduzida pelo TRE-SP, na qual o TRE-RO ingressar como partícipe na IRP nº 41/2023 do TRE/SP, nos termos e quantitativos informados pela unidade demandante ([1020387](#) e [1020760](#)). Assim, o TRE-RO atua na condição de **órgão participante**, situação jurídica definida pelo **artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**. O referido procedimento está compreendido pelo Sistema de Registro de Preço – SRP, o qual encontra



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

amparo normativo originalmente no disposto no art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93, tendo sido regulamentada pelo decreto citado. Assim, cumpre-nos tecer breve comentário sobre este instituto.

**18.** Nas lições de Jorge Ulisses Jacoby FERNANDES, em seu livro intitulado Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, 2ª edição, editora Fórum, 2007:

*Sistema de Registro de Preço é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão sui generis, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração. Nesse sentido, cabe destacar suas principais características:*

*a) a tabela de preços proveniente de determinado Sistema terá validade não superior a doze meses (art. 15, § 3º, inc. III da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 12, § 2º do Dec. Nº 7.892/2013);*

*b) a celebração de Ata de Registro de Preço (ARP) que é documento vinculativo e obrigacional, gerador de expectativa de contratação (art. 13 ss do decreto em comento), ou seja, se os preços de mercado se mostrarem mais vantajosos do que aqueles registrados, poderá a Administração contratá-los, detrimento deste, por meio da realização de licitação ou por via de contratação direta (art. 15, §4º, Lei nº 8.666/93);*

*c) o processamento do SRP apenas por meio das modalidades concorrência (art. 15, § 3º, I, da Lei de Licitações e Contratos) e pregão (art. 11 da Lei 10.520/2020);*

*d) a possibilidade de não indicar da dotação orçamentária na licitação para a formação do registro de preço, sendo apenas obrigatória antes da formalização do contrato ou outro instrumento hábil (§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013).*

**19.** Feitas tais considerações, é oportuno examinar o instituto jurídico da IRP que, embora não apresente sua conceituação, foi regulamentado pelo decreto mencionado e que, em suma, objetiva a ampliação de participantes em determinado registro de preço somando-lhe as demandas. Veja-se:

*Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.*

(...)

**20.** Extraí-se a finalidade da criação de tal ferramenta no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br):

*O presente manual tem por finalidade orientar os servidores habilitados e cadastrados a operarem a funcionalidade de "INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP, que tem como finalidade permitir à Administração tornar públicas suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais, que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala. (Intenção de Registro de Preço – IRP – Manual o Gerenciador,*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Brasília, agosto/2007, p. 4, disponibilizado no portal de compras do Governo Federal [https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual\\_irp-1.pdf](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual_irp-1.pdf))

**21.** Como já registrado neste parecer, veio ao processo a comprovação da divulgação da IRP no sistema *Siasgnet* e o deferimento do ingresso deste Tribunal no SRP pelo órgão gerenciador ([1029164](#)). No entendimento do Tribunal de Contas da União, manifesto pelo **Acórdão TCU nº 2.692/2012 – Plenário**, a IRP é um sistema informatizado criado para permitir a ampla divulgação do interesse de um órgão em realizar o registro de preços e materiais, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades interessados ainda durante o procedimento licitatório, aumentando a perspectiva de quantitativos mínimos a serem adquiridos e a possibilidade de obtenção de economia de escala. Tal situação, além de outras, foi realçada pela unidade demandante quando de sua pretensão inicial ([1020387](#)), como já destacado no relato deste parecer. Nesse sentido, vê-se o seguinte trecho do referido acórdão, expendidos antes ainda da edição do Decreto Federal n. 7.82/2013:

*Acórdão:*

(...)

*9.4 recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que empreenda estudos para aprimora a sistemática do Sistema de Registro de Preço, objetivando capturar ganhos de escala nas quantidades adicionais decorrentes de adesões previamente planejadas e registradas de outros órgãos e entidades que possam participar do certame, cujos limites de quantitativos deverão estar em conformidade com o atendimento firmado pelo Acórdão 1.233/2012 – Plenário. (sem grifo no original)*

**22.** É importante destaca duas figuras participam deste procedimento: **órgão gerenciador** e **órgão participantes**. Aquele é responsável por conduzir o procedimento relacionados ao SRP (tanto o procedimento licitatório quanto a administração da ARP dele decorrente) e suas atribuições estão descritas no art. 5º do Decreto nº 7.892/13. Já este é órgão/ entidade que manifesta interesse em participar dos procedimentos iniciais do SRP e integra a ata, tendo suas competências elencadas no art. 6º, caput, inciso I a III, do mesmo Decreto, *in verbis*:

*Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam **formalizados e aprovados pela autoridade competente**;*

*II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da **Intenção de Registro de Preços**, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e*

*III - tomar conhecimento da **ata de registros de preços**, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições. (sem grifo no original).*

**23.** Verifica-se o cumprimento das exigências prescritas pelos incisos supratranscritos. A inclusão no registro foi aprovada pela Diretoria-Geral, por meio do Despacho nº 662/20-23 ([1020972](#)); o impresso se deu após a divulgação da IRP no sistema *Siasgnet* ([1029164](#)) e este órgão está postulando a contratação após a regular publicação da Ata de Registro de Preços ARP TRE-SP SP nº 93/2023 ([1075796](#)).

**24.** Ainda, faz-se necessário citar a IN TRE-RO nº 04/2008, norma interna sobre procedimentos de contratação de serviços e compras de qualquer natureza e de gestão contratual no âmbito deste Regional, a qual dispõe em seu art. 19 as regras de participação do TRE-RO em aquisições e contratações conjuntas, *in verbis*:

*Art. 19. Nos termos da legislação aplicável, o TRE/RO poderá participar de processo de contratações conjuntas com outros órgãos federais através de registro de preços, seja na condição de órgão gerenciador ou participante, sempre comprovada a conveniência de tal operação.*

*§ 1º Havendo interesse, o Secretário da SAOFC lavrará manifestação circunstanciada, submetendo-a à deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa.*

*§ 2º Autorizada o pedido, o processo seguirá as disposições da legislação e regulamentação aplicável a esse procedimento especial de registro de preços. (sem grifo no original)*

**25.** Apesar de não detalhado o procedimento de ingresso deste Tribunal na condição de participante em certame de registro de preços patrocinado por outro órgão federal, duas etapas são descritas: **a)** manifestação circunstanciada de interesse lavrada pelo secretário da SAOFC; e **b)** deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa. É evidente que tais etapas são prévias a adesão à IRP, por meio do sistema Comprasnet, quando possível.

**26.** No caso em análise, verifica-se que a solicitação do ingresso no SRP, com a indicação dos quantitativos dos itens pretendidos, foi aviada pelo Coordenador da COSUPUE ([1020387](#)) e endereçada diretamente à autoridade administrativa. Conquanto a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC, nos termos balizado pela IN TRE-RO 04/2008, certamente houve deliberação sobre o assunto



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela autoridade competente ([1020972](#)) - Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria nº 66/2018, tornando o procedimento interno regular, pois a autorização da DG supri as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

### **4.2 Dos documentos da fase de planejamento da contratação e da demonstração da vantajosidade do ingresso do TRE-RO no SRP do TRE-SP.**

**27.** Como já referido, a **IN TRE-RO nº 04/2008** estabelece que o TRE-RO poderá participar de contratações conjuntas com outros órgãos federais através de registro de preços, tanto na condição de órgão gerenciador ou participante, sempre comprovada a conveniência de tal operação, embora não tenha detalhado o procedimento acerca de tal participação. Assim, **por analogia**, entende-se que o processo deva ser instruído, **no que cabível**, com os documentos e elementos previstos para as adesões às atas de registro de preços, situação jurídica definida pelo **artigo 22 e parágrafos do Decreto n. 7.892/2013 e regulado pelo art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008**, adiante reproduzido com as anotações desta Assessoria Jurídica:

***Art. 20. Sempre que conveniente, poderá o TRE/RO realizar aquisições ou contratações de serviços através da adesão à atas de registro de preços de outros órgãos.***

**Nota1:** A conveniência está representada pela vantajosidade do ingresso consta dos documentos da contratação, notadamente no item 3.1 do TR Nº 7/2023 ([1076053](#)).

***§ 1º A unidade solicitante instruirá os processo com os seguintes elementos específicos:***

***I – indicar, já na solicitação inicial à SAOFC, a possibilidade de processar a aquisição através da adesão a uma ata de registro de preços, registrando a inexistência de adjudicatário ou contratado no próprio órgão para fornecer o mesmo objeto ou, havendo, a justificativa para não lhe ser conferida a preferência;***

**Nota2:** Embora não tenha constado do original Documento de Oficialização da Demanda - DOD ([0978866](#)), a opção do ingresso foi noticiado no início do processo ([1020387](#)) e justificada no ETP ([1075476](#)).





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Nota3:** De acordo com a parte final do item 3.1 do TR N° 7/2023 ([1076053](#)).

***II - justificar, na própria solicitação, os motivos pelos quais não ingressou como participante desde o início da implantação do sistema, quando se tratar de adesão a atas de órgãos federais locais;***

**Nota4:** Houve ingresso, desde o início do SRP ([1021587](#)).

***III – justificar, no termo de referência, a vantajosidade da adesão, através da demonstração de custo-benefício em relação à aquisição tradicional;***

**Nota5:** A vantajosidade do ingresso consta dos documentos da contratação, notadamente no item 3.1 do TR N° 7/2023 ([1076053](#)).

***IV – instruir o processo com os seguintes documentos:***

***a) pesquisa de preços, preferencialmente com dados comparativos em outras atas de registros de preços;***

**Nota6:** Informação conclusiva do valor estimado da contratação direta - ICVEC, no valor de **R\$ 736.210,00** (setecentos e trinta e seis mil duzentos e dez reais), evento [1075721](#), instruída pelas pesquisas de preços realizadas em conjunto com o TRE-SP - por todos os órgãos partícipes da IRP 41/2023, de acordo com o quantitativo total da IRP, detalhada nos eventos [1061388](#), [1061395](#) [1061409](#).

***b) consulta prévia ao órgão gerenciador da ata de registro de preços sobre a possibilidade da adesão pleiteada;***

**Nota7:** Prejudicado pelo ingresso por meio de IRP.

***c) manifestação expressa do interesse do compromissário em realizar o fornecimento ou contratação do serviço;***

**Nota8:** Prejudicado pelo ingresso por meio de IRP.

***d) atos que regem a contratação no órgão gerenciador: cópia da ata de registro de preços, a comprovação de sua vigência e cópia do edital que estabelece as obrigações da futura contratada.***





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Nota9:** Todos listados no item 3 deste parecer.

***§ 2º Juntado o termo de referência, deverão ser cumpridos, no que aplicável, os procedimentos descritos nos artigos 5º a 16 desta Instrução Normativa que disciplinam as regras gerais acerca de contratação através de licitação.***

**Nota10:** Este dispositivo se refere à tramitação do procedimento neste Tribunal.

***§ 3º Compete à administração do TRE/RO aplicar eventuais penalidades aos contratados através de adesão de registro de preços, observadas as regras dos atos de contratação e o procedimento disciplinado nesta Instrução Normativa.***

**Nota11:** Regra derivado da redação do § 1º do art. 6º do Decreto Federal nº 7.892/2013.

***§ 4º Em se tratando de adesão a ata de registro de preços de órgãos de outra esfera de governo, deverá ser observado pela Administração do TRE/RO se o edital e demais procedimentos atenderam aos requisitos exigidos em legislação federal.***

**Nota12:** Prejudicado pelo ingresso por meio de IRP.

**28.** Como visto, todas as exigências aplicáveis foram atendidas pelos documentos da fase de planejamento da contratação e demais documentos juntados ao processo, analisados e tidos como regulares pela SAC ([1076603](#)), unidade que ainda adotou a cautela de fazer trazer ao processo a comprovação da publicação do Edital PE n. 02/2022, do TRE-PB, juntada pela unidade no evento ([0898027](#)); as certidões de regularidade para contratar com a Administração Pública ([0898150](#)) e demais documentos, ao que parece, apresentados pela compromissária quando da habilitação no certame que sagrou-se vencedora ([0898155](#)).

**29.** Com relação à validade da Ata de Registro de Preços, o entendimento da Controladoria Geral da União - CGU em cartilha onde trata de Sistema de Registro de Preços, Edição Revisada do ano de 2014, especificamente na pergunta n. 33, anota que o prazo de validade da ARP se dá conforme estiver estabelecido na própria ata, veja-se:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*33. O prazo da validade da ARP inicia a contagem na data da assinatura ou de sua publicação no D.O.U.?*

*O prazo de início da validade é definido na própria ata de registro de preços, sendo que o prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas as eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993. Dessa forma, o prazo de validade da ARP inicia na data de sua assinatura se assim estiver estabelecido na própria ata. (Sem grifo no original)*

**30.** No caso sob análise, o prazo de validade da Ata de Registro de Preços ARP TRE-SP SP nº 93/2023 ([1075796](#)), regularmente publicada no DOU ([1075967](#)) é estabelecido por sua CLÁUSULA X em 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura eletrônica, que ocorreu em 19/10/2023, estando, portanto, plenamente dentro de sua vigência.

**31.** Repita-se que, na eventualidade de aplicação de sanções à futura contratada, deverão ser observadas as penalidades descritas no tópico XXVII do Edital PE SRP n. 73/2023 do TRE-SP ([1061384](#)), conforme registrado no item 12.1 do TR em análise e também reproduzidas no Anexo IV do edital - CLÁUSULA IX da minuta do contrato que regulará a relação das partes.

**32.** Reprise-se, também, posto que já citado neste parecer, que a equipe de planejamento não descuidou da verificação da vantajosidade da estratégia para a contratação da solução pretendida, demonstrada pela pesquisa de preços realizada em conjunto com o TRE-SP com todos os órgãos participantes da IRP 41/2023 e que os preços obtidos nas propostas estão de acordo com o quantitativo total da IRP, detalhados nos eventos [1061388](#), [1061395](#) [1061409](#).

**33.** Pelo que narrado neste parecer, à guisa dos documentos carreados ao processo, verifica-se a regularidade da fase de planejamento da Solução de TIC pretendida, em harmonia com o procedimento da **Resolução CNJ n. 182/2013**.

**34.** Por sua vez, o **Projeto Básico n. 07/2023** ([1076053](#)) - integrado pelas regras do edital de licitação do órgão gerenciador ([1061384](#)), além das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços TRE-SP nº 93/2023 ([1075796](#)), reúne os elementos necessários à caracterização do objeto, na forma do art. 14 da Lei n. 8.666/93, além dos elementos essenciais, no que aplicável e definidos no inciso IX do artigo 6º dessa mesma Lei, **podendo ser aprovado pela autoridade superior.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **V – CONCLUSÃO**

**35.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta Assessoria Jurídica conclui:

**I** - pela regularidade do ingresso do TRE-RO no SRP gerenciado pelo TRE-SP, nos termos balizado pela IN TRE-RO 04/2008, vez que autorizado pela Diretoria-Geral, o que supre as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN;

**II** - à guisa dos documentos carreados ao processo, verifica-se a regularidade da fase de planejamento da Solução de TIC pretendida, em harmonia com o procedimento da **Resolução CNJ n. 182/2013**;

**III** - que o **Projeto Básico n. 07/2023** ([1076053](#)) - integrado pelas regras do edital de licitação do órgão gerenciador ([1061384](#)), além das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços TRE-SP nº 93/2023 ([1075796](#)), reúne os elementos necessários à caracterização do objeto, na forma do art. 14 da Lei n. 8.666/93, além dos elementos essenciais, no que aplicável e definidos no inciso IX do artigo 6º dessa mesma Lei, **podendo ser aprovado pela autoridade superior**;

**IV** - pela **inexistência de óbice jurídico** para a aquisição da **solução de TIC pretendida** da empresa **HP BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - CNPJ 22.086.683/0003-46**, adjudicatária da Ata de Registro de Preços ARP TRE-SP SP nº 93/2023 ([1075796](#)) gerenciada pelo TRE-SP, oriunda do Pregão Eletrônico SRP-SP nº 73/2023 ([1061384](#)) - no qual este Tribunal atuou na condição de partícipe - consistente em 166 microcomputadores descritos no item único da referida ARP, no valor total de R\$ 736.210,00 (setecentos e trinta e seis mil duzentos e dez reais), com fulcro no **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 e no art. 4º c/c art. 6º ambos do Decreto Federal nº 7.892/2013 e, ainda, art. 19 c/c art. 20 da IN TRE-RO nº 004/2008**;

i. conforme exposto nos itens 14 a 16 deste parecer, de acordo com a redação do Parágrafo único do art. 191 da Lei nº 14.133/2021 e os termos da Portaria SEGES/MGI nº 1.769/2023, há permissivo legal expresso para que esta Administração celebre contrato derivado da Ata de Registro de Preços ARP TRE-SP SP nº 93/2023 ([1075796](#)), embora constituída sob o regime da Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

ii. Conforme já apontado no **item 7 deste opinativo**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à disponibilidade orçamentária no exercício de 2023 e comprovação da sua programação ([1076768](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**36.** Quanto as minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE SRP TRE-SP 73/2023 ([1061384](#)), depreende-se que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, nos termos do §4º do art. 9º do Decreto nº 7.892/2013 c/c art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/1993. Veja-se:

### **ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 07, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020**

*O ato de aprovação jurídica da minuta de edital ou contrato, obrigatório, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93, compete ao órgão de assessoramento jurídico do órgão gerenciador. Na adesão à ata de registro de preços, portanto, a manifestação do órgão de assessoria jurídica não é obrigatória, pois não tem o condão de aprovar a minuta, embora seja recomendável o envio do processo para a análise jurídica da contratação.*

### **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO DE 2020**

I) NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS COMPETÊNCIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DA LEI 8.666, DE 1993; E DO ART. 11, INCISO VI, ALÍNEA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993; RELATIVAS À APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E CONTRATO ADMINISTRATIVO, SÃO DA EXCLUSIVA ALÇADA DA UNIDADE CONSULTIVA QUE PRESTA ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO CERTAME.

II) O ÓRGÃO PARTICIPANTE E O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SOLICITAR MANIFESTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSULTORIAS JURÍDICAS QUE LHE PRESTAM ASSESSORAMENTO ACERCA DA JURIDICIDADE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO OU ADESÃO, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE HAJA DÚVIDA DE ORDEM JURÍDICA OBJETIVAMENTE EXPOSTA. Referência: Parecer nº 9/2015/DECOR/CGU/AGU; a Nota nº 141/2017/DECOR/CGU / AGU ; Nota nº 148/2018/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU Art. 38, inciso VI, e parágrafo único da Lei nº 8.666, de 1993; art. 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993; e Art. 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

i. De outra via, como informado pela Seção de Contratos ([1076723](#)) não haverá necessidade de elaboração de minuta do instrumento nesta fase do processo. Contudo, caso autorizada a contratação, deverá ser celebrado contrato com a compromissária com idêntico teor do instrumento estabelecido pela órgão gerenciador, sendo, ainda, dispensada sua análise por esta Assessoria Jurídica. **Importante registrar que, previamente à assinatura do contrato, deverá vir ao processo a comprovação da regularidade mínima da adjudicatária para contratar com a Administração Pública.**

À consideração da autoridade competente.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 25/10/2023, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1077377** e o código CRC **9236DC39**.

0001080-34.2023.6.22.8000

1077377v7



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001080-34.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Núcleo de Apoio às Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação - NATCTIC

ASSUNTO: ADESÃO À INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico n. 73/2023 TRE-SP – Ata de Registro de Preços n. 93/2023 – Aquisição de microcomputadores.

**DESPACHO Nº 1278 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pelo Núcleo de Apoio às Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação - NATCTIC, com a finalidade de adquirir conjuntos de microcomputadores com monitor, via adesão à Ata de Registro de Preços n. 93/2023 do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo - TRE-SP, decorrente do Pregão Eletrônico n. 93/2023/TRE-SP, cujo certame foi vencido pela empresa HP BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA., CNPJ n. 22.086.683/0003-46, em consonância com o [Plano Anual de Contratações de TIC 2023](#), identificador 2023M01 (1020383).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) tomou conhecimento da IRP n. 41/2023 do TRE-SP, sendo que os equipamentos que serão adquiridos naquele Regional têm características técnicas semelhantes às da necessidade do TRE-RO; assim, a EPC entendeu que seria mais vantajoso que o TRE-RO atuasse como partícipe na IRP, por economia processual, ganho de escala promovido pela agregação dos quantitativos demandados pelos órgãos. Dessa forma, considerando o Despacho n. 662/2023 desta Diretoria-Geral, a ASLIC registrou no SIASGnet a manifestação de interesse deste Tribunal em ingressar como partícipe na IRP n. 41/2023 do TRE/SP, nos termos e quantitativos informados pela unidade demandante ([1020387](#) e [1020760](#)). Houve o aceite do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo como órgão gerenciador no sistema Comprasnet ([1029164](#)).

Para instruir o feito, foram juntados os documentos produzidos na fase de instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico SRP-SP n. 73/2023, quais sejam, documentos comprobatórios da aceitação na participação deste Tribunal na IRP n. 41/2023 ([1029164](#)); e documentos da fase de planejamento da contratação - e demais - elaborados pelo TRE-SP, a saber: a) Estudo Técnico preliminar - ETP ([1061382](#)); b) Documentos acerca da estimativa de preços ([1061388](#), [1061395](#) e [1061409](#)); c) Edital de Pregão Eletrônico SRP-SP n. 73/2023 ([1061384](#)) e comprovação de sua publicação no DOU ([1077154](#)); d) Termo de Referência ([1061424](#)); e e) Ata de Registro de Preços ARP TRE-SP SP n. 93/2023 ([1075796](#)) e comprovação de sua publicação no DOU ([1075967](#)).

No âmbito deste Tribunal, para atender os requisitos de infraestrutura tecnológica estabelecidos pela Resolução CNJ n. 182/2013, foram juntados os seguintes documentos: Documento de Oficialização da Demanda de TIC ([1076252](#)); Termo informando a composição da equipe de planejamento da contratação ([1076228](#)); Estudo Técnico Preliminar ([1075476](#)); Mapa de Gestão de Riscos ([1076218](#)); Informação Conclusiva Sobre o Valor Estimado ([1075721](#)); Termo de Referência n. 7/2023-NATCTIC ([1076053](#)).

Em cumprimento ao §1º do art. 13 da Resolução CNJ n. 182/2013, o Secretário da STIC aprovou os documentos supramencionados ([1076263](#)).

A SAOFC remeteu o feito, concomitantemente, à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, juntado aos autos pela unidade requisitante; à COFC, para realizar a programação orçamentária da pretensa despesa; à SECONT, para elaboração de minuta





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de instrumento contratual; à AJSAOFC, para realização de controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação pretendida ([1076291](#)).

A SAC, em análise do TR, complementado pelos demais documentos que compõem os estudos preliminares e as pesquisas de preços juntadas ao processo, concluiu que o documento possui os elementos mínimos exigidos pelo inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019 e art. 5º, V, da IN TRE-RO n. 004/2008, na condição de participante do certame do Pregão Eletrônico n. 73/2023 do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (Órgão gerenciador - UASG 070018) objetivando a formação de registro de preço para futura e eventual aquisição de conjuntos de microcomputadores com monitor ([1076603](#)).

A SECONT, em resposta ao Despacho n. 2545/2023-GABSAOFC ([1076291](#)), registra que, neste caso, não há necessidade de elaboração de minuta de instrumento de contrato, considerando que se trata de contratação por meio de adesão à Ata de Registro de Preços n. 93/2023 do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo - TRE-SP, decorrente do Pregão Eletrônico n. 93/2023/TRE-SP, motivo pelo qual o instrumento de contrato a ser lavrado pelo TRE-RO seguirá o mesmo teor do instrumento de contrato estabelecido pelo TRE-SP. Na sequência, remeteu os autos à AJSAOFC ([1076723](#)).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 1417 da COFC ([1076753](#)), formalizou a programação orçamentária dos valores a serem executados neste exercício financeiro, com emissão de pré-empenho, informando que a despesa está adequada e compatível com a LOA, PPA e LDO ([1076768](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela regularidade do ingresso do TRE-RO no SRP gerenciado pelo TRE-SP; da fase de planejamento da Solução de TIC pretendida, em harmonia com o procedimento da Resolução CNJ n. 182/2013; pela possibilidade de aprovação do Projeto Básico n. 07/2023 ([1076053](#)); pela possibilidade jurídica de aquisição da solução de TIC pretendida da empresa HP BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - CNPJ 22.086.683/0003-46, adjudicatária da Ata de Registro de Preços ARP TRE-SP n. 93/2023 ([1075796](#)), gerenciada pelo TRE-SP, oriunda do Pregão Eletrônico SRP-SP nº 73/2023 ([1061384](#)), com fulcro no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 e no art. 4º c/c art. 6º ambos do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, art. 19 c/c art. 20 da IN TRE-RO n. 004/2008, nos termos do Parecer Jurídico n. 241 ([1077377](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela ratificação da aprovação do Estudo Técnico preliminar - ETP ([1061382](#)), Edital de Pregão Eletrônico SRP-SP n. 73/2023 ([1061384](#)), Termo de Referência ([1061424](#)), e da minuta de instrumento contratual juntada no evento [1061384](#), anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico 93/2023/TRE-SP; pela autorização da despesa para a aquisição da solução de TIC pretendida da empresa HP BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - CNPJ 22.086.683/0003-46, adjudicatária da Ata de Registro de Preços ARP TRE-SP SP n. 93/2023 ([1075796](#)) gerenciada pelo TRE-SP, oriunda do Pregão Eletrônico SRP-SP n. 73/2023 ([1061384](#)); pela autorização para emissão de nota de empenho em favor da empresa; e pela publicação do extrato de instrumento contratual no DOU e no DJE, em respeito ao princípio da publicidade, conforme precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário ([1077418](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral.

Inicialmente, ressalta-se que a contratação do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços n. 14/2022 encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769, de 25 de abril de 2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

Ademais, considerando tratar-se de contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, devem ser observadas as diretrizes específicas previstas pela Resolução CNJ n. 182/2013, cujos efeitos foram restabelecidos pela Resolução CNJ n. 480/2022, de 16 de novembro de 2022.

Dos autos se extrai a comprovada necessidade da contratação pleiteada, para manutenção das demandas deste Tribunal, tendo-se em vista a imprescindibilidade de se recompor o parque de equipamentos de TIC do TRE-RO, retirando do uso aqueles que já alcançaram ou estão na iminência da obsolescência técnica; adequar o parque de equipamentos aos requisitos de infraestrutura tecnológica estabelecidos pelo CNJ na Resolução n. 211/2015; reduzir tempo dos processos de trabalho; e melhorar a qualidade dos serviços suportados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nessa esteira, observa-se que a unidade solicitante preencheu a contento todo o extenso rol de requisitos exigidos na legislação pertinente (Decreto n. 7.892/2013), elencados no § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008. De acordo com os documentos juntados ao processo, verifica-se a inserção de todas as informações tidas como essenciais à instrução do feito, além das devidas justificativas técnicas inseridas no Termo de Referência n. 7/2023 - PRES/DG/STIC/NATCTIC ([1076053](#)).

No caso em análise, o prazo de validade da Ata de Registro de Preços - ARP n. 93/2023, gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo é estabelecido em 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura eletrônica, o que ocorreu em 19/10/2023 ([1075796](#)). Portanto, está dentro do prazo de vigência, embora na iminência de seu encerramento.

Convém destacar ainda que, na eventualidade de aplicação de sanções à futura contratada, deverão ser observadas as penalidades descritas no tópico XXVII do Edital PE SRP n. 73/2023 do TRE-SP ([1061384](#)), conforme registrado no item 12.1 do TR e também reproduzidas no Anexo IV do edital - CLÁUSULA IX da minuta do contrato que regulará a relação das partes.

Verifica-se, também, que a equipe de planejamento não descuidou da verificação da vantajosidade da estratégia para a contratação pretendida, conforme justificado no Termo de Referência, mediante pesquisa de preços do objeto pretendido por meio de consulta às contratações da Administração Pública, que comprovaram que os preços da ARP indicada são inferiores ao valor médio estimado. Logo, são compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado pelos elementos que constam da Informação conclusiva de valor estimado ([1075721](#)).

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, como já mencionado pela AJSAOFC no Parecer Jurídico n. 241/2023 ([1077377](#)), não há óbice para ser firmado o contrato com a detentora da ARP em análise, uma vez que a Programação Orçamentária ([1076768](#)), no valor de R\$ 736.210,00 (setecentos e trinta e seis mil duzentos e dez reais) comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida.

Pelo exposto, ante o atendimento de todos os requisitos necessários à presente adesão à ARP - Ata de Registro de Preços n. 93/2023, sendo certo que foram atendidos os requisitos exigidos nos diplomas normativos em vigor, bem como apurada a vantajosidade da



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aquisição pela unidade solicitante, e com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1 - autorizo a contratação mediante adesão deste órgão à Ata de Registro de Preços – ARP n. 93/2023, gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, com fundamento no art. 15, inciso II, da Lei n. 8.666/93, art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008 e art. 22, do Decreto Federal n. 9.488/18, cuja signatária é a empresa HP BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA., inscrita sob o CNPJ n. 22.086.683/0003-46;

2 - autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 736.210,00 (setecentos e trinta e seis mil duzentos e dez reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa, para aquisição de conjuntos de microcomputadores com monitor, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços n. 93/2023 do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo - TRE-SP, em favor da referida;

3 - determino a publicação do extrato de instrumento contratual no DJE e no DOU, em respeito ao princípio da publicidade, conforme precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário.

À SAOFC, com apoio da STIC, para continuidade das ações necessárias à contratação pretendida, observando-se os prazos estabelecidos no referido certame.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 30/10/2023, às 18:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1077823** e o código CRC **549C7545**.